

# *O Infante D. Henrique Alcaide-mor de Silves*

(1457)

*Comemorações dos 550 Anos*



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E PALEOCIÊNCIAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

IAP

SIL  
VES

O INFANTE D. HENRIQUE  
ALCAIDE-MOR DE SILVES (1457)  
COMEMORAÇÕES DOS 550 ANOS



## **FICHA TÉCNICA**

### **Organização.**

Câmara Municipal de Silves

Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa

### **Comissão Executiva.**

Rosa Varela Gomes

Luís Miguel Guerreiro Cabrita

### **Edição e propriedade.**

Câmara Municipal de Silves

### **Coordenação editorial.**

Rosa Varela Gomes

Luís Miguel Guerreiro Cabrita

### **Autores.**

João Silva de Sousa

João Paulo Oliveira e Costa

Teresa Lacerda

José Custódio Vieira da Silva

Joana Ramôa

Rosa Varela Gomes

**Capa** – Carla Silvestre

**Fotos** – Mário Varela Gomes.

Carla Estrela

**Desenhos** – Sílvia Costa;

**ISBN** – 978-972-8505-26-4

**Depósito legal** – 415498/16

**Tiragem** - 300 exp.

**Ano** – 2016

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores.

## Índice

O Infante D. Henrique e a Importância da Alcaidaria-Mor de Silves	5
Silves, a última peça do puzzle algarvio do Infante D. Henrique	15
As gentes de Silves e os Descobrimentos Henriquinos	29
A Sé Gótica de Silves - os diferentes momentos construtivos	37
Alcaidaria do Castelo de Silves – Contributo para o seu estudo	49

## **Alcaidaria do Castelo de Silves – Contributo para o seu estudo**

Rosa Varela Gomes\*

### **1. Introdução**

A primeira intervenção arqueológica que realizámos no Castelo de Silves ocorreu em 1984, a que se seguiram outras até 2001, no sector nascente daquele recinto. Elas foram sempre integradas em distintos projectos de investigação, em continuidade, perfazendo um total de cerca de dois anos de trabalhos de campo, dado tratarem-se de campanhas que não ultrapassavam os 30 dias anuais.

Aquelas, sempre condicionadas por aspectos de carácter económico, tornaram-se possíveis graças a subsídios atribuídos por várias instituições, das quais devemos referir a Fundação Calouste Gulbenkian, o Ministério da Cultura e, especialmente, a Câmara Municipal de Silves, reflectindo o interesse manifestado, ao longo dos anos, pelos seus sucessivos presidentes (Fig. 1)



Fig. 1 – Castelo de Silves – Vista de sudeste (foto M. V. Gomes).

---

\* Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Arqueologia e Paleociências (IAP-UNL).

Com a implementação, pela Câmara Municipal de Silves, de projecto de musealização do seu Castelo, no âmbito do Programa Silves Polis, prosseguimos as intervenções naquele local, entre 2003 e 2007, mas de modo distinto, dado que se efectuou, apenas, o acompanhamento arqueológico da obra em curso. Este aspecto, implicou diferente metodologia, derivada do facto de os trabalhos arqueológicos estarem estritamente condicionados ao projecto mencionado, impedindo-nos, por isso, devido a falta de meios e para não atrasar a obra, de investigar, tanto em área como em profundidade, importantes zonas que, pela força das circunstâncias, irão ficar, por ora, em reserva arqueológica. Entre outras problemáticas, não nos foi possível conhecer os testemunhos de níveis mais antigos, designadamente de palácio do século XI ou, mesmo, da alcaidaria, das Idades Média e Moderna, que foi, apenas, em parte intervencionada<sup>1</sup>.

### 1.1 Da alcáçova muçulmana à fortificação da Idade Moderna.

O Castelo de Silves, apesar de ter sofrido várias obras de restauro ao longo dos anos, mantém, quase integralmente, o perímetro muçulmano, segundo verificámos nas escavações arqueológicas realizadas em diferentes sectores (Fig. 2).

Aquele dispositivo defensivo começou a ser edificado no século X, conforme defendemos em estudo efectuado a partir da análise da sua planta, sendo confirmada tal cronologia durante os trabalhos recentemente realizados, dado que identificámos, junto da actual porta de entrada naquele espaço, sector da muralha califal (Gomes, 2003, pp. 140-145). Esta, no lado sul da zona referida, encontra-se sob a actual muralha e estava associada a nível arqueológico contendo numeroso material, maioritariamente, constituído por cerâmicas que confirmam aquela cronologia.

Os testemunhos do Castelo, melhor conservados, terão sido erguidos no período compreendido entre a sua reconquista muçulmana, de 1191, e a conquista definitiva de Silves, em 1248, pelos Cristãos. Procederam-se então a grandes obras no interior daquela fortificação, nomeadamente à construção ou reformulação de boa parte dos dispositivos defensivos visíveis e de, pelo menos, dois palácios, assim como de sector residencial, encontrado no lado norte. Então também se edificaram a monumental cisterna, que até aos finais do século passado abastecia a zona alta do núcleo urbano, tal como, por ora, oito enormes silos.

---

<sup>1</sup> A orientação do acompanhamento arqueológico daqueles trabalhos só foi possível graças à excelente colaboração de ex-alunos da nossa Faculdade, que estiveram em permanência no campo, em particular, Dr<sup>as</sup> Carla Estrela e Sónia Ferreira da empresa AES Arqueologia.



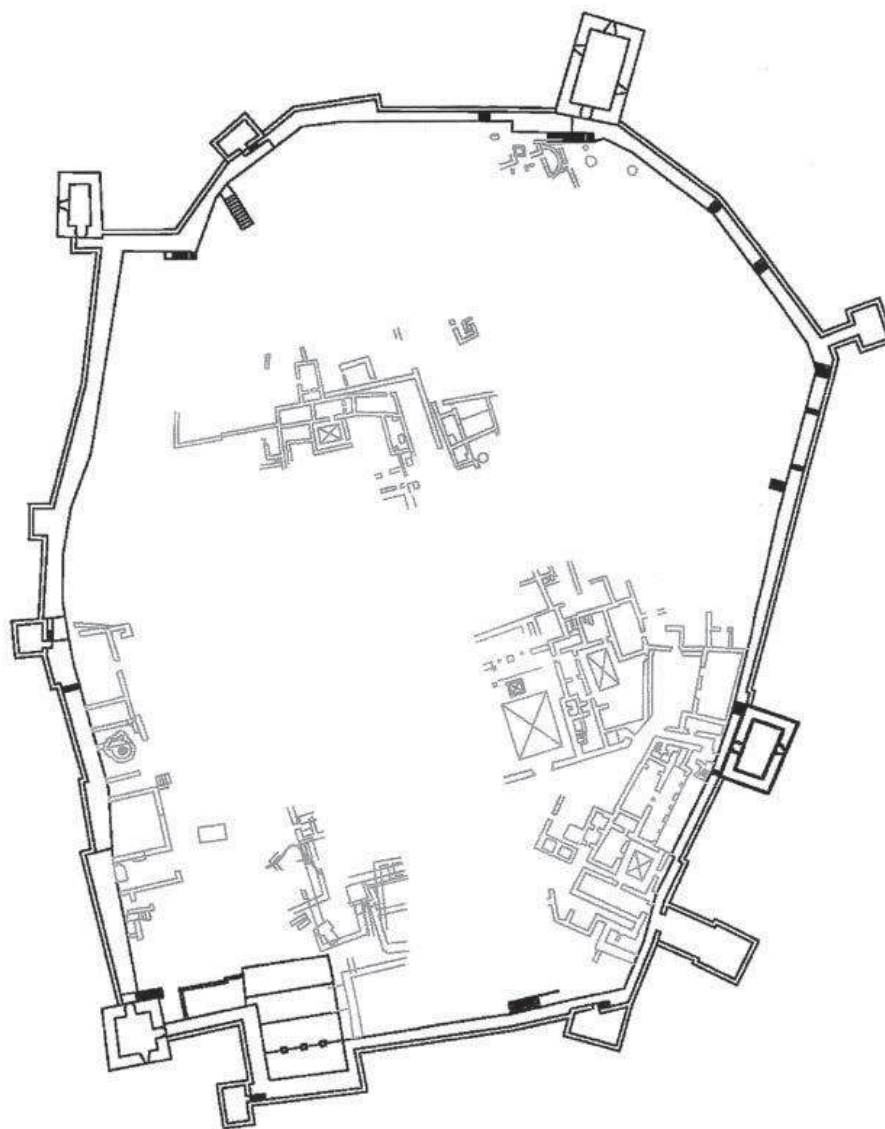


Fig. 2 – Planta esquemática da área intervencionada (des. Sílvia Costa).

Após a reconquista cristã da cidade, devem ter-se realizado distintas campanhas de obras no Castelo, tendo em vista a sua adaptação a novos ocupantes e, eventualmente, a construção da alcaidaria. Daqueles tempos subsistem alguns numismas da I e II Dinastias, sendo os mais numerosos os cunhados nos reinados de D. Dinis (1279-1325) e de D. Fernando I (1367-1383) (Gomes, 2003, pp. 44-48).

Estão documentadas reparações que se realizaram no reinado de D. João I (1385-1433), tanto nas muralhas do Castelo como da área urbana, conforme consta nas cortes que decorreram, a 28 de Julho de 1404, em Lisboa, especificando-se tais trabalhos: “ nos muros e torres e em a barreira dessa cidade” (Iria, 1990, pp. 21, 185, 186).

O rei D. Afonso V terá estado em Silves, possivelmente na alcaidaria, em 2 de Junho de 1455, tendo assinado cartas “ em que aposentou Gonçalo Aдаez, morador em Benaçiate, antigo termo de Silves, por ter mais de setenta anos de idade, carta dirigida ao corregedor da comarca e correição do Algarve e aos juízes e coudel da mesma cidade” (Iria, 1996, p. 15). Aquele rei concedeu ao Infante D. Henrique, juntamente com outras benesses, a 15 de Fevereiro de 1457, “... o castelo da alcaidaria de Silves...” (Sousa, 1991, p. 94).

Ulteriormente, D. Manuel I (1495-1521) outorgou novo Foral a Silves e, durante o seu reinado, efectuaram-se grandes campanhas de obras na cidade, como remodelações na Sé, a construção da igreja de Nossa Senhora dos Mártires, Igreja da Misericórdia, Cruz de Portugal e, quiçá, reparações no Castelo.

Confirmando a importância daquele local, D. Sebastião terá ficado instalado na alcaidaria, quando visitou Silves, tendo ali pernoitado na noite de 27 de Janeiro de 1573 (Martins, 1986, p. 121).

Mais tarde, em 1600, o Castelo encontrava-se já desabitado e entulhado conforme regista Henrique Fernandes Sarrão, que ao descrever a cidade diz: “... tem um castelo em cima, muito fero, e grande, que tem ûa porta para dentro da cerca da cidade e outra da traição, para a banda do norte, da parte de fora, e está tão entulhado por dentro, que em parte o entulho chega a barbar com as ameas de cima, e da banda de fora fica sendo muito alto o muro, por onde fica fortíssimo...” (Guerreiro e Magalhães, 1983, p. 153). A alcaidaria, nesta altura, já tinha desaparecido, destruída ou, simplesmente, abandonada.

As imagens mais antigas, que conhecemos da cidade de Silves, onde figura o Castelo, são constituídas por três gravuras publicadas entre 1825 e 1844 (Lopes, 1844; S.A., 1842, p. 209). A primeira, realizada, possivelmente, por J. Hill, que também representou vista de Albufeira, mostra a cidade a partir do lado sul, observando-se as muralhas do Castelo, aparentemente bem conservadas, assim como as da Medina. Em 1842 a revista *O Panorama* (p. 209), publicou imagem da cidade, algo idealizada, com o Castelo no topo. João Baptista da Silva Lopes deu a conhecer, em 1844, nova representação, contendo importantes distorções, vendo-se, no interior do Castelo, o que parece ser o aljibe.

Entre finais do século XIX e meados da centúria seguinte, editaram-



se postais com vistas da cidade onde, normalmente, sobressai o Castelo ou pormenores daquele, observando-se a porta principal de entrada, panos de muralha e torres, constituindo importante acervo documental que importa pôr em relação com o que hoje ali existe (Gomes, 2002, pp. 23-33).

No século XIX, durante as Lutas Liberais, sabe-se que, no interior da fortificação, esteve instalada guarnição militar, cujas torres foram, ulteriormente, adaptadas a prisão.

Pedro Mascarenhas Júdice publicou, em 1911 e 1934, fotografias do Castelo, antes das obras de recuperação/restauro daquele monumento, ocorridas nos anos quarenta da passada centúria, depois de longo período de abandono, efectuadas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Estas foram documentadas, através de fotografias, com aspectos do monumento antes e depois da intervenção e algumas publicadas no boletim nº 51, de Março de 1948, daquela Instituição. Em uma daquelas fotografias observa-se, na área onde identificámos a alcaidaria, pequena casa e, algo afastados, muros que delimitariam espaço destinado a guardar animais; construções que foram demolidas durante as obras mencionadas (S/A, 1948, p.19, fig. 29).

Aqueles trabalhos atingiram, em certos sectores junto aos panos de muralha, 1,50m de profundidade, o que provocou a destruição tanto de níveis medievais como modernos.

A investigação arqueológica até agora efectuada permitiu confirmarmos que o Castelo de Silves terá mantido, sensivelmente, o mesmo perímetro, a partir dos finais do século XII ou dos inícios da centúria seguinte, apesar dos distintos trabalhos de restauro e das adaptações interiores a novas gentes e a distintas vivências.

Constatámos, durante as escavações mencionadas, que após a reconquista e, ainda, em Época Medieval Cristã, as estruturas muçulmanas foram destruídas ou reutilizadas, verificando-se alteração no nível de ocupação que, em certos locais, atingiu, pelo menos, mais cerca de 0,50m de altura em relação aos pisos islâmicos. Esta diferença de cota foi também observada junto à porta principal de entrada no Castelo onde, àquela profundidade, se identificou pavimento muçulmano, correspondente à fase final daquela permanência e contemporâneo dos existentes na área palatina localizada a nascente.

Igualmente no “palácio almoada” pusemos à vista o acesso, muçulmano, ao passeio de ronda (que na altura teria 1m de largura) e à torre ali adossada, através de degrau (Gomes, 2003, p. 54). Não prosseguimos com a escavação naquela zona, situada sob o actual passeio de ronda, dado que punha em risco

a circulação dos muitos visitantes deste arqueossítio.

A entrada na torre referida (com várias siglas medievais nos cunhais) efectua-se, presentemente, através de porta ogival que dá acesso a sala abobadada. Esta, seria similar à existente na torre situada a poente do pano de muralha, onde se abre a entrada principal e, possivelmente, à situada na grande torre localizada a norte, mas cuja abóbada foi destruída, nos anos cinquenta, para nela se construir depósito de água, actualmente desactivado. Esta última torre, dada a sua dimensão e localização, corresponderia à designada torre de menagem dos castelos cristãos e dela provêm quatro fragmentos de mísulas medievais, com cabeças esculpidas, em exibição no Museu Municipal de Arqueologia, que foram retirados aquando da construção do depósito mencionado.

O Castelo de Silves, dada a sua localização, assim como a implementação de novas estratégias defensivas, especialmente na Idade Moderna, perdeu importância militar e política. Este aspecto pode ter contribuído para a preservação dos testemunhos arqueológicos que, ao longo dos anos, temos vindo a pôr à vista.

## **2. A evidência arqueológica das Idades Média e Moderna**

### 2.1. Sector nascente

Os testemunhos arquitectónicos ulteriores à conquista cristã deste espaço foram inicialmente identificados, muito destruídos, sobre os palácios islâmicos ali existentes. Aqueles eram constituídos por restos de pavimentos e troços de muros pertencentes, eventualmente, a estruturas habitacionais, sendo afectados pelos trabalhos de jardinagem, ocorridos durante a passada centúria, devido às cotas elevadas que mostravam (Gomes, 2003, pp. 41-48). Integraram, tal como as estruturas identificadas no sector poente, a sub camada C1B deste arqueossítio. Esta apresentava espessura que variava entre 0,20 m e 0,70 m, era formada por terras, pouco activas, de cor castanha, e nela foram recolhidos materiais medievais decorrentes da ocupação cristã.

Entre o espólio reconhecemos espécimes numismáticos da I e II Dinastias, sendo a moeda mais recente cinco reais cunhados no reinado de D. Sebastião (1568-1578), objectos metálicos diversos (fivelas, botões, pequenas aplicações) e, em particular, cerâmicas (Gomes, 2003, pp. 42-48). Ali exumámos fragmentos

de pratos e de escudelas, esmaltados de cor branca, alguns decorados na cor azul de cobalto ou com reflexo metálico, produzidos nas oficinas sevilhanas ou valencianas, assim como fragmentos de escudelas e de taças, com as superfícies vidradas de cor castanha clara (melada), não raro oferecendo decoração de carácter geométrico, de cor castanha escura de manganês. Também encontramos porção de escudela, possuindo duas pequenas asas opostas, com perfuração central. Da mesma época são os fragmentos de cerâmica comum, pertencentes a alguidares, frigideiras, panelas ou bilhas, fabricadas com pastas de cores claras ou vermelhas.

Foi exumado espólio similar no interior dos silos 2 e 4 do Castelo, assim como na cisterna 2. No entanto, se na primeira estrutura subterrânea mencionada os artefactos referidos assentavam sobre o fundo, podendo indicar entulhamento recente, o mesmo não verificámos em relação ao silo 4. Este apresentava, conforme observámos no decorrer dos trabalhos, importante nível com espólio muçulmano, do século VIII a meados do século XIII, assim como cristão, dos séculos XIV a XVI. A cisterna 2, além de fragmentos de cerâmica muçulmana, ofereceu, de igual modo, pedaços de alcatruzes, de taças e de pratos, esmaltados de cor branca, dos séculos XV e XVI, assim como alguns numismas, designadamente “barbuda”, cunhada no Porto, durante o reinado de D. Fernando I (Gomes, 2003, p. 31).

## 2.2. Sector poente

Reconhecemos espaço habitacional, só parcialmente intervencionado, encostado ao pano de muralha e que apresenta, por ora, planta de forma subrectangular. Dele subsiste parte do piso térreo e três degraus que dariam acesso a piso superior. Também pusemos à vista parte de sete outros compartimentos, numerados em função do avanço da escavação arqueológica, dos quais apenas um deles (compartimento 6) foi totalmente escavado (Fig. 3). Estas edificações foram construídas em alvenaria de pedra (grés vermelho), ligada com forte argamassa, de cal e areia.

O compartimento 6, situado no topo norte, mede 9,50 m de comprimento por 5,20 m de largura máxima e o acesso ao seu interior efectuava-se através de vão, aberto na parede nascente, medindo 1,40 m de largura. Apresentava, na parede do lado sul, restos de estuque. Tratava-se de zona coberta com telhas de canudo e que, dadas as dimensões, pode ter funcionado como armazém.

O compartimento 7, localizado a sul do anteriormente descrito, mede 5,36 m de comprimento por 2,72 m de largura, não tendo sido escavado em profundidade.

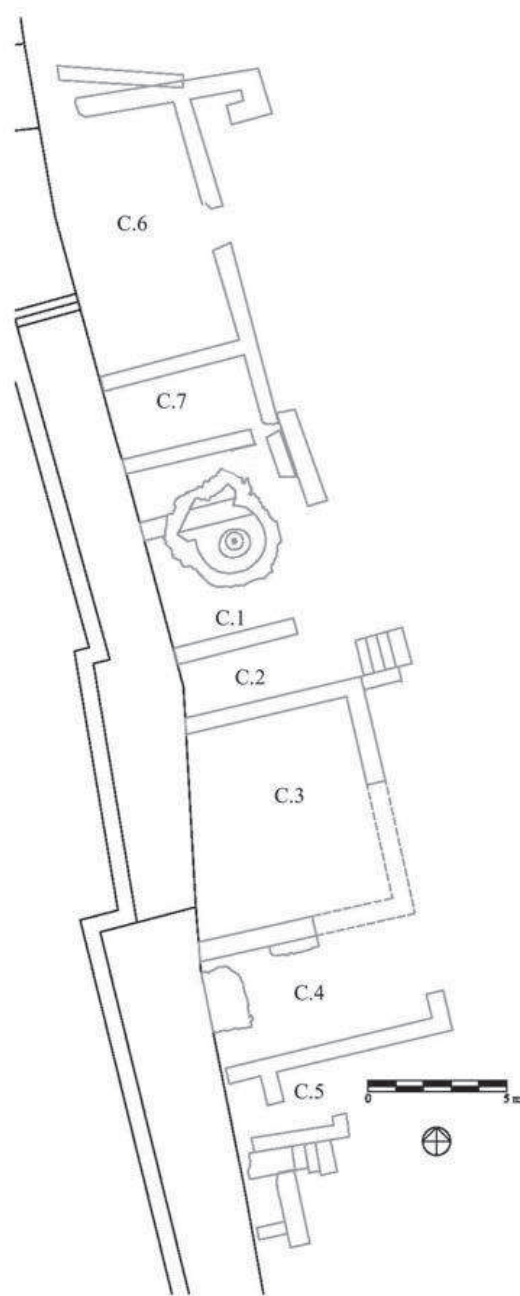


Fig. 3 – Planta esquemática do sector poente (des. Sílvia Costa).

O compartimento I, adossado ao lado sul do acima mencionado, apresenta estrutura circular bem definida, por espessa camada de massa de cal e areia, oferecendo, centralmente, base de planta circular, onde assentava pedra de mó, medindo 0,64 m de diâmetro, que suportaria eixo vertical. Elemento idêntico foi recolhido encostado à face norte da parede que delimita o compartimento, medindo 0,65 m de diâmetro. Os testemunhos identificados permitem considerar tratar-se de engenho de moagem industrial, assente sobre restos de pavimento muçulmano (Fig. 4). Este compartimento comunicava com o situado a norte, através de vão possuindo 0,56 m de largura.



Fig. 4 – Vista do engenho de açúcar (foto Joana Gonçalves).

O compartimento 2 situa-se a sul do que acabámos de descrever e mostra, a nascente, escada, de que subsistem três degraus, que poderia dar acesso a piso superior.

O compartimento 3 localiza-se a sul do que referimos e apresenta, ocupando grande parte do seu espaço, restos de estrutura formada por blocos de grés, alguns dispostos de cutelo, ligados por forte argamassa de cal e areia, que pertenciam a parede tombada. Sob esta pôs-se a descoberto, junto do pano de muralha, pavimento constituído por massa fina de areia e cal,



parcialmente abatido, em sector onde foram exumados elementos de arcaria, de grés vermelho, que formariam arco ogival, pertencente a portal.

O compartimento 4 mostra, no seu interior, pavimento, bem delimitado, adossado à muralha, formado por blocos e lajes de grés, tal como alguns blocos de calcário e seixos de rio, de pequenas e médias dimensões.

O compartimento 5, delimitado a norte pelo referido anteriormente, oferece muro, paralelo à muralha, que apresenta, na face virada a norte, sigla de canteiro cristã, e assenta sobre patamar de escada, com dois lances, pertencente à fase final da permanência muçulmana. A escada referida permitiria o acesso ao passeio de ronda e, a nosso ver, foi reutilizada nas Idades Medieval e Moderna (Fig. 5).



Fig. 5 – Vista de escada que permitia aceder à muralha (foto Carla Estrela).



Os compartimentos 1, 6 e 7 correspondiam, a áreas exteriores ao espaço habitacional da alcaidaria, tendo funcionado como engenho para a produção de açúcar e como anexos.

Os testemunhos arquitectónicos medievais cristãos, reconhecidos neste sector, melhor conservados que os situados no sector nascente, prolongam-se para nascente e integravam, eventualmente em pátio interior, a denominada Cisterna dos Cães. Eles encontravam-se sobre estruturas islâmicas, dos finais do século XII e dos inícios da centúria seguinte que, em parte, reutilizaram.

### 2.2.1. Espólio

O espólio arqueológico até agora exumado, no sector poente, não é muito numeroso e, muito embora falte levantar a parede reconhecida no compartimento 3, é provável que as obras realizadas pela DGEMN tivessem conduzido não só ao entulhamento de estruturas subterrâneas (cisterna e silos), como à dispersão dos materiais que ali deviam ter existido.

Recolhemos numismas e, em particular, fragmentos de cerâmicas que incluem, os mais completos, exemplares com as superfícies esmaltadas, vidradas e outros produzidos com pastas e superfícies de cores vermelhas ou castanhas.

#### 2.2.1.1. Numismas

Entre os numismas (Fig. 6) recuperámos quatro dinheiros, em bolhão, cunhados três deles (Q1238/CIB-1; Q1129/CIB-9; Q1146/CIB-1) no reinado de D. Afonso III (1248-1279) e um (1124/CIB-3) no de D. Dinis (1279-1325).

Identificámos, igualmente, três moedas cunhadas no reinado de D. João I (1385-1433), duas delas de bolhão, correspondendo, respectivamente, a quarto de real de dez soldos (Q1228/CIB-4), a meio real branco (Q1075/CIB-7) tal como real preto, de cobre, (Q1228/CIB-3).

Do reinado de D. Afonso V (1438-1481) possuímos ceitil (Q1123/CIB-2) e meio real preto (Q1045/CIB-3).

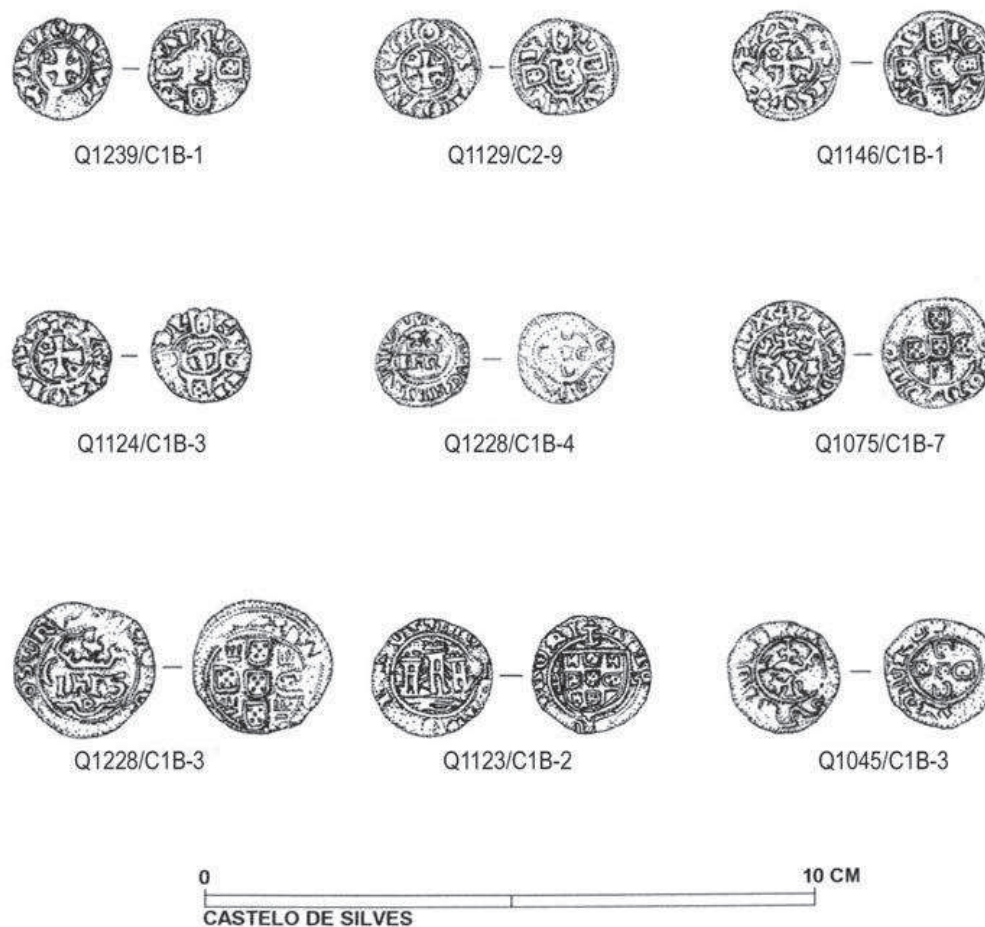


Fig. 6 – Numismas (des. Sílvia Costa).

### 2.2.1.2. Cerâmicas

Exumámos fragmentos de cerâmicas, fabricados com pastas homogéneas e compactas, de cor bege, apresentando as superfícies esmaltadas de cor branca ou bege, pertencentes a taças e a pratos. Destes, dois contêm porção do bordo, possuindo lábio de secção semicircular, sendo em um dos exemplares extrovertido (Q1075/C1B-5) e mostrando um (Q1196/C1B-1) decoração pintada, na superfície interior, na cor azul de cobalto. Esta é constituída por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, igual número, delimitando o fundo (Fig. 7).

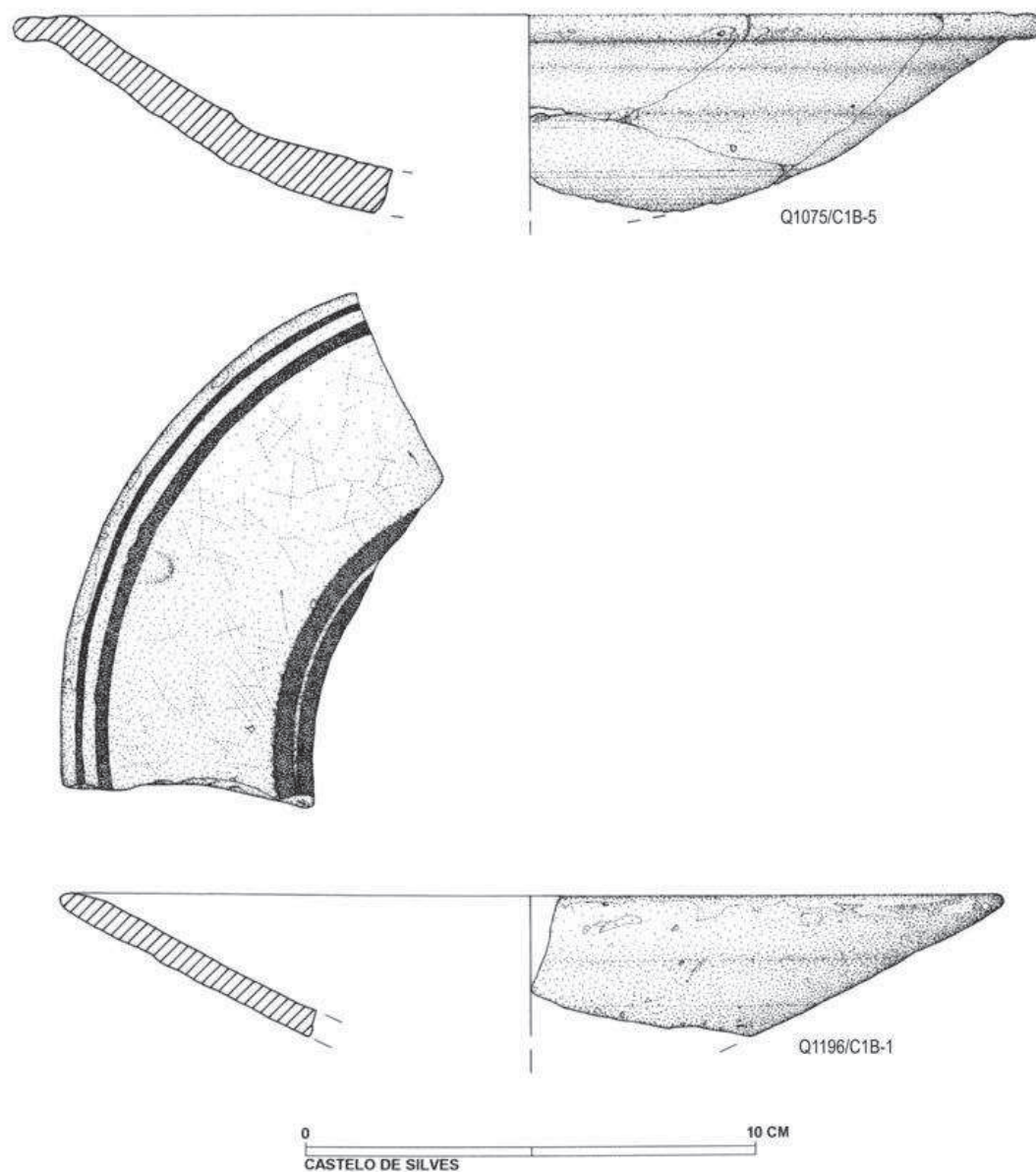


Fig. 7 – Cerâmica esmaltada (des. Sílvia Costa).

As taças apresentam forma troncocónica, com bordo subvertical, e lábio de secção semicircular. As carenas são baixas e assentam em pé anelar, possuindo três dos exemplares exumados perfil completo (Q1202/C1B-1; Q1202/C1B-3; Q1202/C1B-4; Q1256/C1B-1), um parte do bordo e do corpo (Q1129/

CIB-12) e outro parte do fundo (Q1202/CIB-2; Q1203/CIB-2). Uma delas (Q1202/CIB-1) mostra, na superfície exterior, entre a carena e o pé, marca esgrafitada de carácter geométrico (Fig. 8).

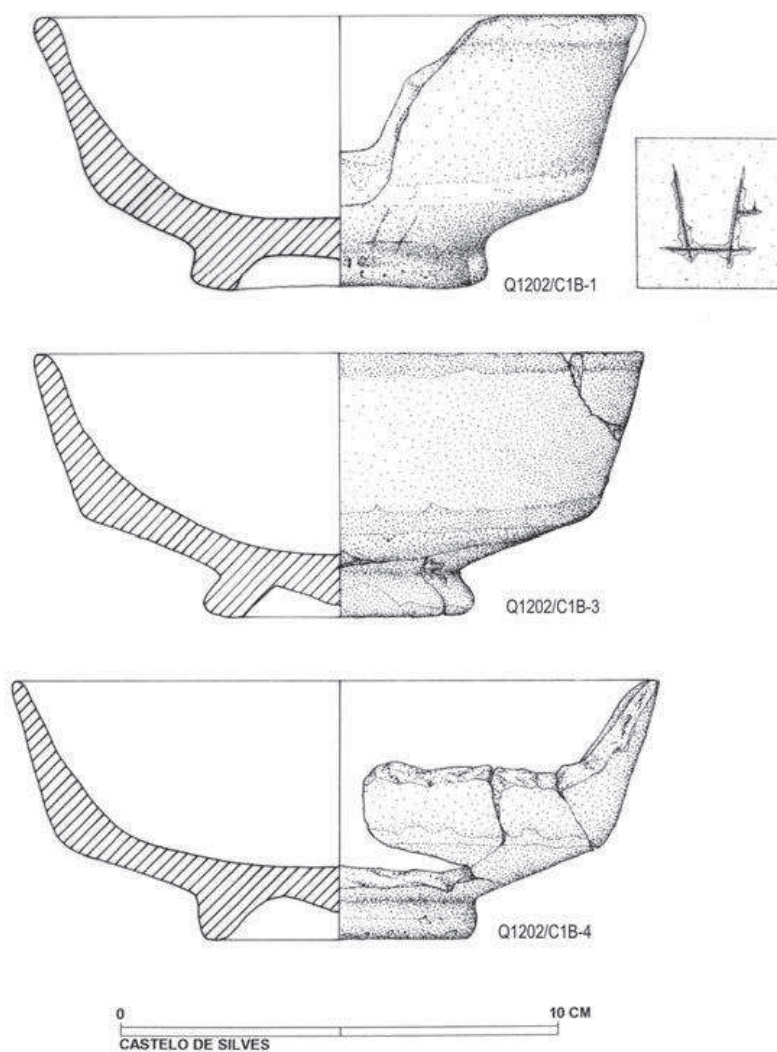


Fig. 8 – Cerâmica esmaltada (des. Sílvia Costa).

Três dos fragmentos de taças oferecem decoração pintada, no interior do fundo, na cor azul de cobalto, constituída por motivos de carácter fitomórfico (Q1202/CIB-2; Q1203/CIB-2) ou geométrico (Q1256/CIB-1). Este é

formado por quatro linhas circulares, concêntricas, dispostas duas junto ao bordo e, igual número, delimitando o fundo. Um dos exemplares (Q1129/C1B-12) possui, na superfície interior, decoração pintada, nas cores azul de cobalto e castanha violácea, constituída por cartela preenchida com motivos geométricos e ladeada por duas linhas paralelas, uma situada junto ao bordo e a outra a meio da parede. O fundo mostra quatro linhas circulares, concêntricas, e uma ondulada, pintada na cor azul de cobalto (Fig. 9).

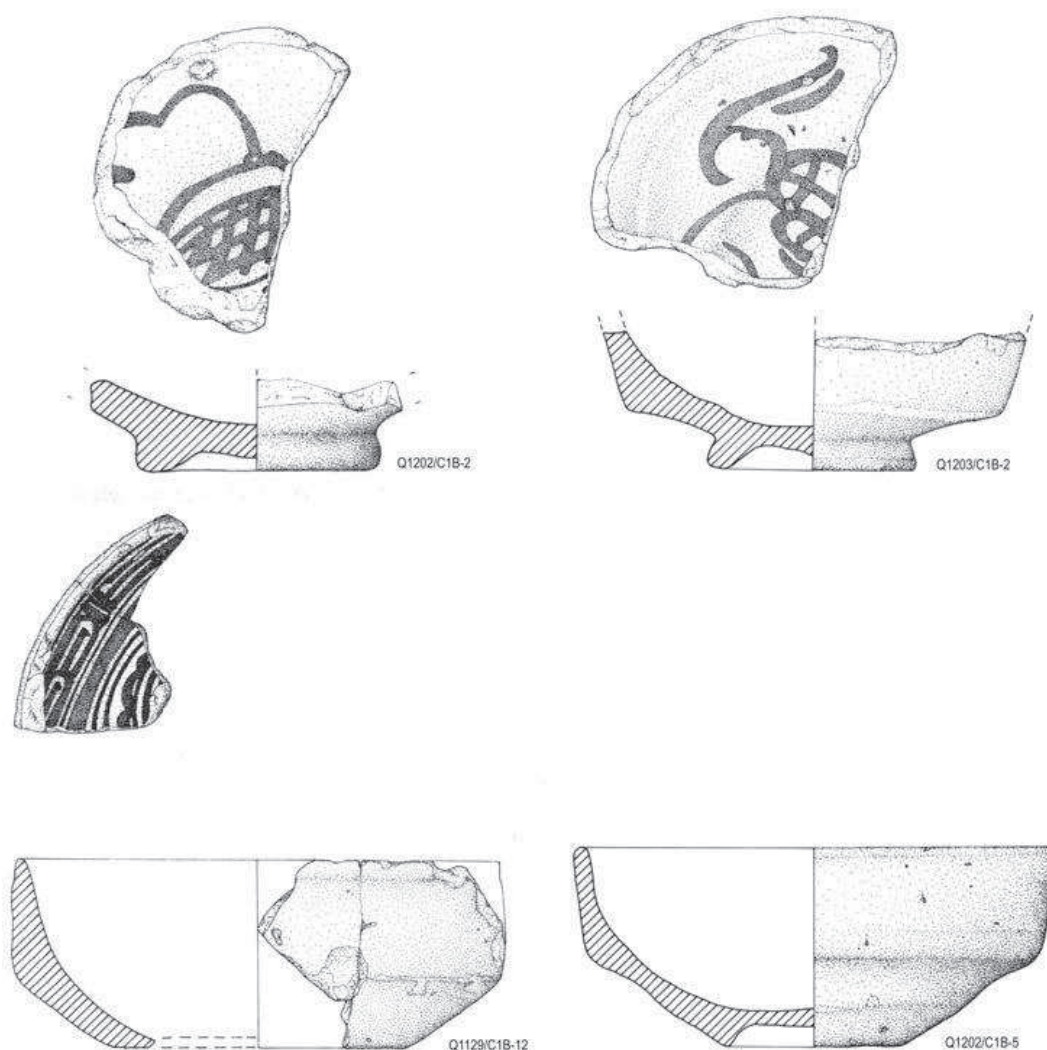


Fig. 9 – Cerâmica esmaltada, com decoração a azul de cobalto e vidrada (des. Sílvia Costa).



Três fragmentos pertencentes a taças, com o corpo de forma hemisférica e contendo porção do bordo, com lábio de secção semicircular, assentavam em pé alto e anelar (Q1129/CIB-3; Q1075/CIB-1) ou conservavam apenas o fundo (Q1201/CIB-1), com decoração pintada, na superfície interior, na cor azul, de cobalto (Fig. 10). Um dos exemplares (Q1075/CIB-1) exhibe ornamentação, em ambas superfícies, naquela cor e, também, com reflexo metálico, de tom acobreado. Esta peça oferece, na superfície interior, motivo estelar, pintado de cor azul, com seis raios equidistantes entre si, que definem espaços de forma triangular, preenchidos com a representação da árvore da vida, ladeada por arabescos, executados em reflexo metálico. A superfície exterior, algo deteriorada, mostra de igual modo decoração pintada, composta por motivo vegetalista muito estilizado, inserido em cartela, definida por quatro linhas, duas de cada lado, dispostas junto ao bordo e na zona mesial do corpo (Fig. 11).

A uma das taças hemisféricas (Q1129/CIB-3) falta parte do fundo. Este teria ornamentação, na superfície interior, constituída por medalhão central que o demarcaria e onde se inscreveria motivo de carácter vegetalista estilizado, inserido em cartela, de forma de losangular, ladeada por motivos espiralados e linhas verticais, dispostas em série. Apresenta, em torno do motivo central, duas outras cartelas, separadas por igual número de linhas em reserva, sendo a primeira preenchida por reticulado e a outra, junto ao bordo, contendo motivos fitomórficos, intercalando com elementos geométricos e espirais.

Fragmento de fundo de taça (Q1201/CIB-1), mostra no interior medalhão central, de forma circular, no qual se insere motivo de carácter vegetalista estilizado, integrado em cartela, com forma losangular, ladeada por motivos espiralados e linhas verticais dispostas em série. Linha em reserva separaria este motivo de um outro, possivelmente constituindo reticulado, de que resta pequeno sector. Trata-se de elemento que seria semelhante ao existente na peça anteriormente descrita.

Fragmento de taça (Q1202/CIB-5), contendo porção do bordo e possuindo lábio de secção semicircular, tem carena baixa e assentava em fundo côncavo. Foi fabricada com pasta, homogénea e compacta, de cor vermelha clara, mostrando ambas superfícies vidrado, de cor castanha clara e com aspecto melado.

Exumámos fragmentos de cerâmicas fabricadas com pastas, homogéneas e compactas, de cor vermelha ou cor-de-laranja, que apresentam as superfícies na mesma cor da pasta ou de tom algo mais escuro que aquela, pertencentes a taças (Q1075/CIB-2; Q1075/CIB-3), púcaros (Q1128/CIB-2), alguidar (Q1045/CIB-2), frigideiras ou tachos (Q1203/CIB-1; Q1128/CIB-5; Q1075/CIB-4; Q1217/CIB-1) e a infusa (Q1228/CIB-1).





Fig.10 – Cerâmica esmaltada com decoração a azul de cobalto (des. Sílvia Costa).

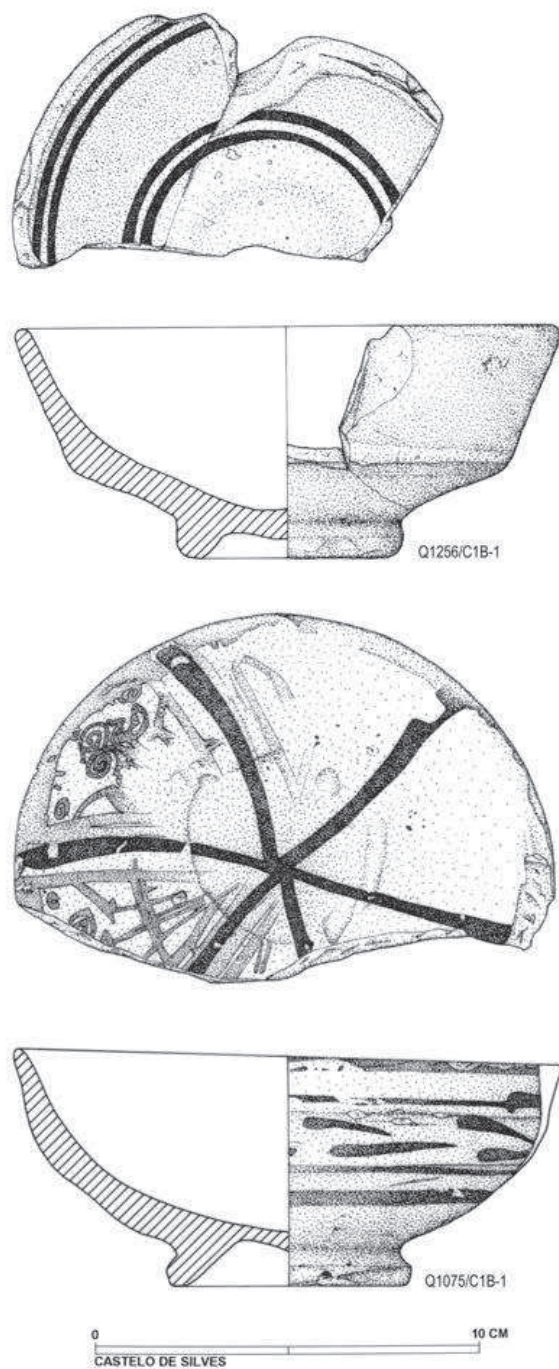


Fig.11 – Cerâmica esmaltada com decoração a azul de cobalto e, uma delas, com reflexo metálico (des. Sílvia Costa).

Duas taças mostravam bordo introvertido demarcado, no exterior, por duas incisões, possuíam carena alta e assentavam em fundo plano. Às superfícies foi aplicada aguada, de tom mais claro ou mais escuro que o da cor da pasta (Fig. 12).

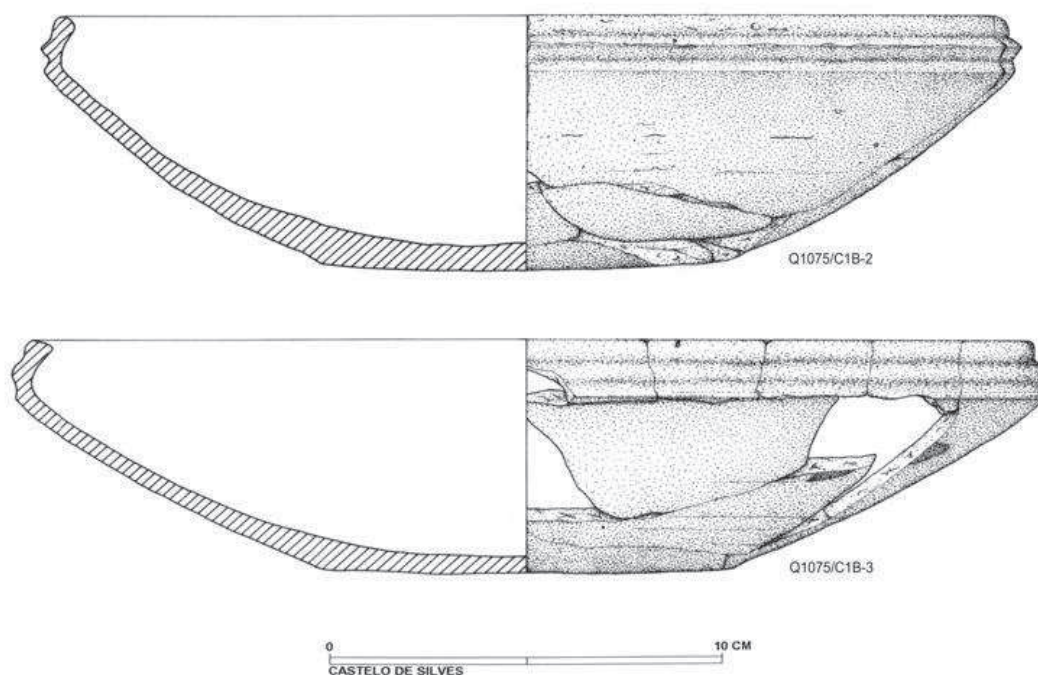


Fig. 12 – Cerâmica comum (des. Sílvia Costa).

Copo ou púcaro, com corpo subcilíndrico, apresenta parte do bordo, vertical, com lábio de secção semicircular, sendo provido de asa, com secção oval, assentando a extremidade superior sob o bordo e a inferior na zona mesial do corpo. Repousava em fundo plano. A superfície exterior oferece conjunto de linhas, incisas, dispostas espaçadamente, formando canelado (Fig. 13).

Um alguidar mostrava corpo de forma troncocónica, bordo extrovertido, aplanado superiormente, com lábio de secção semicircular. Assentava em fundo plano e a superfície exterior oferece decoração, constituída por duas cartelas delimitadas por linhas incisas, preenchidas por incisões onduladas (Fig. 14).

As frigideiras ou tachos (Fig. 15) apresentam forma hemisférica achatada (Q1217/C1B-1) ou troncocónica, assentando em fundo algo convexo, tendo um exemplar carena alta (Q1075/C1B-4). Mostram bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado no exterior por incisão e eram providas de

duas asas, horizontais e opostas, assentes no início do corpo (Q1217/C1B-1); outras possuíam bordo, com lábio de secção semicircular, demarcado por dupla incisão (Q1203/C1B-1) ou bordo inclinado interiormente e algo extrovertido, também demarcado por incisão, com lábio aplanado superiormente, de aspecto biselado (Q1075/C1B-4), reconhecendo-se outra variante com bordo bífido (Q1128/C1B-5).

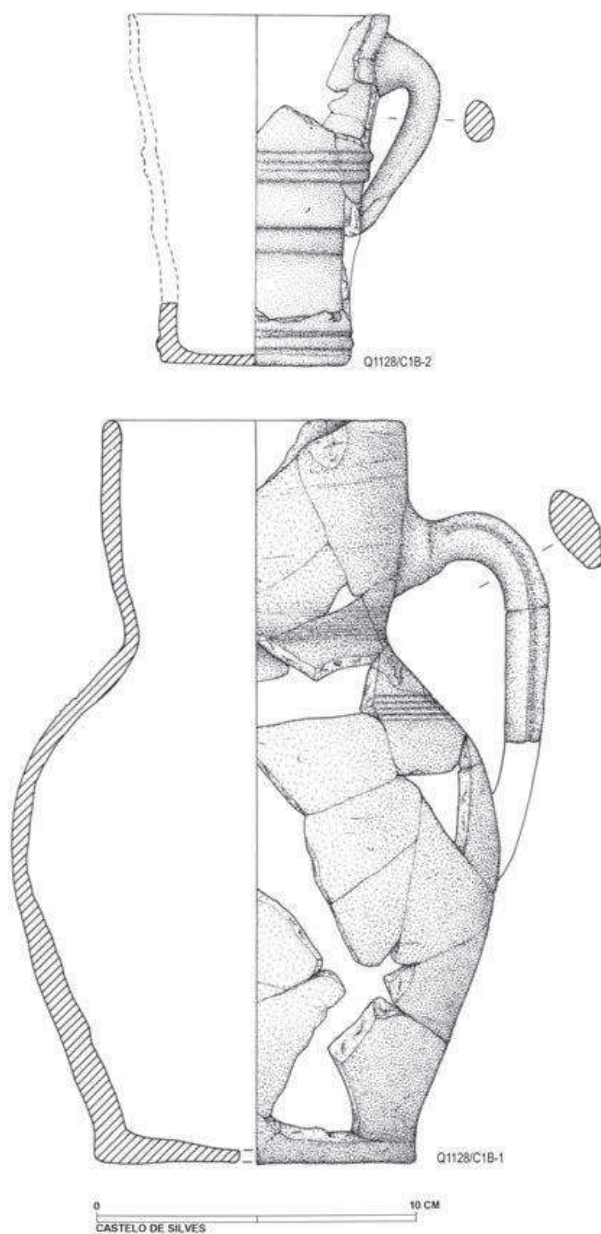


Fig.13 – Cerâmica comum (des. Sílvia Costa).

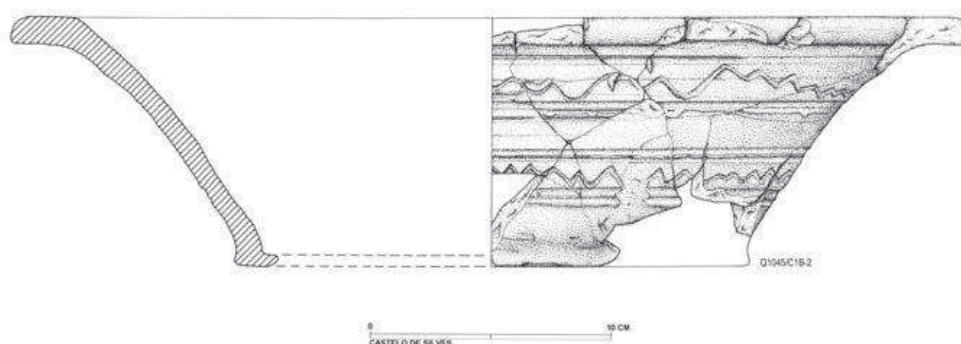


Fig.14 – Cerâmica comum (des. Sílvia Costa).

A infusa possuía corpo globular, alongado, encontrando-se quase completa (Q1228/C1B-1). Mostra bordo alto, com lábio de perfil semicircular, ligeiro estrangulamento, na separação do gargalo com o corpo, e asa, algo sobrelevada, de secção oval, que ligava a zona mesial do gargalo a ponto da superfície média do corpo. Assentava em fundo plano. Oferece decoração constituída por finas linhas incisadas, paralelas e horizontais, sobre o colo.

## 2.3. Integração cultural

### 2.3.1. A arquitectura

Conforme anteriormente referimos, pusemos à vista, no sector poente do Castelo de Silves espaço habitacional que, embora apenas em parte intervencionado, pensamos corresponder à alcaidaria. Esta, encontra paralelos na bem próxima alcaidaria do Castelo de Loulé, também, com dois pisos, adossada ao pano de muralha e ligada ao passeio de ronda através de escada. Aquela fortificação, situada numa das extremidades do antigo núcleo urbano, era defendida por três torres, a que se acedia através de portas com arcos ogivais, efectuando-se a ligação entre elas através do passeio de ronda (Martins, 1984, p. 4). O acesso ao seu interior realiza-se, presentemente, através de pátio, aberto, que dispõe de poço central.



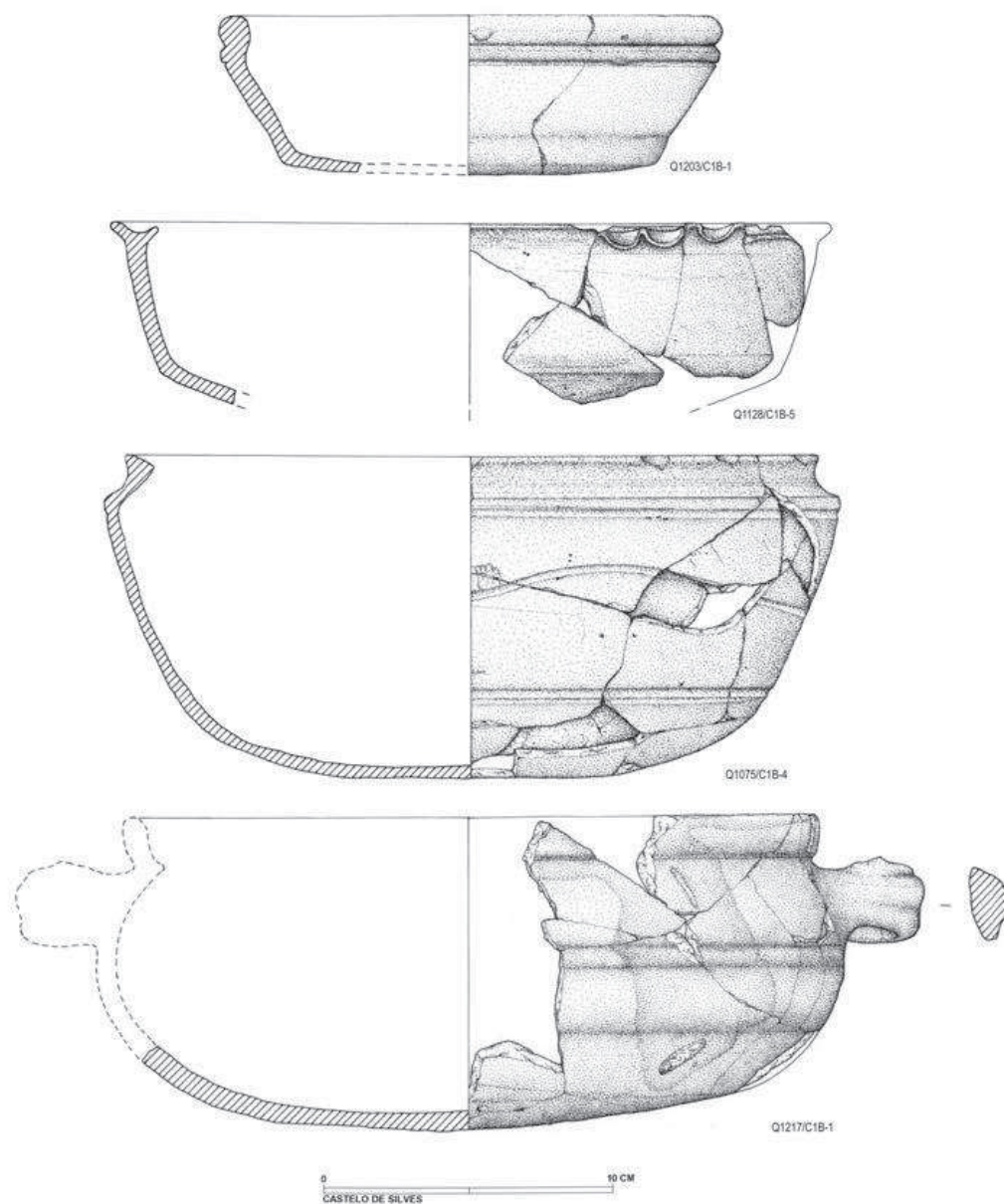


Fig.15 – Cerâmica comum (des. Sílvia Costa).

Escavações arqueológicas efectuadas, no interior da alcaidaria, nos anos oitenta da passada centúria, permitiram reconhecer sucessão estratigráfica que incluía sobreposição de distintos pavimentos, indicando continuidade de ocupação, pelo menos, entre a Idade Média e a Moderna (Martins, 1984, p. 5). O estudo do espólio exumado e, em particular, dos fragmentos de cerâmica encontrados no interior de silo, posto à vista durante os trabalhos mencionados,



confirmou a presença de materiais islâmicos e medievais portugueses atribuídos a período compreendido entre os séculos XII e o XVI (Gomes, 2009, p. 77).

Durante a intervenção arqueológica realizada no interior da alcaidaria do Castelo de Silves recuperámos, no compartimento 3, elementos de arcaria, que formam arco ogival, pertencente a portal e que, muito embora não tenhamos encontrado a pedra de fecho, poderia ser similar aos existentes em diversas torres daquela alcáçova ou nas do Castelo de Loulé. Elementos de arcaria semelhante foram por nós reconhecidos na escavação arqueológica que realizámos na zona da Arrochela, de igual modo, no interior de espaço habitacional destruído devido a incêndio e que, através do espólio exumado foi atribuído aos séculos XV-XVI. Entre os materiais o numisma mais recente ali encontrado corresponde a quatro reais de Filipe II de Espanha (1556-1598), cunhados em 1597, na cidade de Sevilha (Gomes, 1999, p. 1205). Portal afim, encontra-se no Castelo de Porto de Mós e deverá pertencer à campanha de obras tardo-gótica (Silva, 1995, p. 156).

Identificámos no compartimento I da alcaidaria de Silves, os testemunhos de engenho de moagem que se encontrava anexo à área residencial propriamente dita e, segundo pensamos, em conexão com os compartimentos seis e sete.

Interpretámos aquela estrutura como correspondendo a engenho de açúcar, que seria movido através de tracção animal. De facto, só a produção de algo tão valioso como o açúcar e o controlo efectivo da sua produção, poderia, a nosso ver, justificar a presença daquele equipamento a funcionar junto da alcaidaria.

Conforme mencionámos, encontra-se por intervencionar importante sector do lado nascente e, por isso, muito embora não tenhamos, por ora, recolhido formas de açúcar que confirmariam aquela produção, não descartamos a hipótese de as podermos encontrar na área não escavada, e onde, eventualmente, se produzia e armazenava, em espaços anexos ao engenho, os pães de açúcar.

Engenhos de açúcar similares ao que identificámos no Castelo de Silves, foram reconhecidos, também em escavações arqueológicas, em Chipre, no arqueossítio de Couvoucle-Stavros, datado dos fins do século XIII, tal como no designado Castello de Piscopia, já da centúria seguinte, e localizado, de igual modo, junto a área palatina (Wartburg, 1995, pp. 89, 96).

Em ambos locais referidos foram postos à vista a totalidade das instalações necessárias para a produção do açúcar, organizadas em espaços funcionais

distintos, que permitiam a prensagem, cozedura e refinamento daquele produto, assim como o seu armazenamento, tendo em vista a ulterior comercialização.

### 2.3.1.1. A produção de cana-de-açúcar

Tem-se considerado que a cana-de-açúcar foi introduzida na Península Ibérica no tempo de Ab-al-Rāhman I, efectuando-se a sua divulgação, ulteriormente, em todo o *al-Andalus* (Arié, 1987, p. 226).

O “Calendário de Córdoba”, do século X, fornece indicações sobre o cultivo daquela planta e Ibn Hyyāy, no século XI, indica as características dos terrenos onde ela se deve produzir; “em terra arenosa e húmida da margem dos rios” (Malpica-Cuello, 1995, p. 16).

Todavia, seria nos finais do século XII e nos inícios do século XIII, com Ibn Al-‘Awwām, que temos mais referências sobre a plantação da cana - de - açúcar; “em zonas expostas ao sol e próximas da água”, assim como sobre a preparação do pão de açúcar; em “moldes de cerâmica com forma especial” (Clément-Mullet, 2000, pp. 310-312). Estas formas podiam ser semelhantes aos exemplares recuperados em Couvoucle-Stavros que parecem ser, em termos formais, similares aos alguidares, com bordo extrovertido, paredes oblíquas e alongadas, rematadas por orifício que permitia purgar o açúcar (Wartburg, 1995, p. 87).

A produção de açúcar, durante a Idade Média, não deve ter sido muito abundante dado que então era considerado artigo de luxo, utilizado preferencialmente com funções medicinais e vendido nas boticas. A sua grande divulgação ocorreu, a par da das especiarias, na Idade Moderna e deve-se, sobretudo, às Repúblicas Italianas e, em especial, a Portugal (Malpica-Cuello, 2008, pp. 32, 34; Parreira, 1952, p. 17).

Os muçulmanos consideravam que o açúcar possuía propriedades medicinais, conforme nos indica Ibn Wāfid (m. 460/1067), na obra “Kitāb al-Adwiya al-Mufrada (Libro de los Medicamentos Simples)”, que transcreve a opinião de vários autores sobre aquele produto, sendo todos unânimes em o considerarem como bom, diluído em água, para o ventre, estômago, dores de vesícula e de rins ou, também, para os olhos (Aguirre de Cárcer, 1995, pp. 167, 168). Ibn Halsān, no século XIII, transmite-nos que “ a cana-de-açúcar (*qasab al sukkar*) é equilibrada; ela é boa contra a inflamação do estômago... os

pulmões, a garganta e o temperamento em geral. Não é nociva...” (Gigandet, 1996, p.126).

O açúcar era, de igual modo, utilizado tanto na confecção de doces como em certos pratos de carne cujas origens, segundo parece, seriam de influência persa (Rosenberger, 1998, p. 307).

A introdução da cana-de-açúcar, no actual território português, está, tradicionalmente, relacionada com a presença islâmica, indicando-se as cidades de Tavira e Silves como estando na origem daquela produção.

A mais antiga referência documental que possuímos remonta ao reinado de D. Dinis (1279-1325), que recebia a dízima do açúcar, proveniente do Mediterrâneo, conforme consta no “Inventário e Contas” da Casa daquele rei, valendo aquela cerca de cinquenta vezes mais que a do mel (Parreira, 1952, p. 18). Poderia tratar-se de produção cipriota.

A partir de 1404 já se plantava cana-de-açúcar no Algarve, pois em 16 de Janeiro daquele ano foi passada, por D. João I, carta de privilégio, a João da Palma, considerado pelo rei “nosso servidor das nossas canas de açúcar”, tendo em vista a sua produção em terreno coutado no sítio de Quarteira (Parreira, 1952, pp. 18, 19). Ulteriormente, o mesmo rei assina carta, datada de 8 de Maio de 1409, de “aforamento de uma horta, junto do muro da vila de Loulé para plantação de canas de açúcar”, ao mesmo João da Palma, mas também a Nicolau de Palma e a Francisco de Palma (Parreira, 1952, p. 19).

Na Região Valenciana, por iniciativa régia, o cultivo da cana-de-açúcar regista-se em 1414 e em 1418 já se produzia com pleno rendimento (Malpica-Cuello, 2008, p. 35).

É possível que os conhecimentos obtidos nas produções açucareiras algarvias tivessem sido úteis para a implantação daquele produto na Ilha da Madeira. Assim, a 5 de Dezembro de 1452, foi assinado contrato, em Albufeira, entre o Infante D. Henrique e Diogo de Teive, seu escudeiro, para este poder construir na Madeira, “onde mais lhe conviesse”, engenho de açúcar, com a obrigação de “entregar ao almoxarife de D. Henrique o terço do açúcar logo que fosse fabricado, tanto o das formas como o de panela” (Parreira, 1952, p. 23). Albufeira situa-se próxima da zona de Quarteira e de Loulé onde, como referimos, está documentada a plantação de cana-de-açúcar em 1404 e 1409. A assinatura daquele contrato, em Albufeira, terá muito possivelmente permitido a Diogo de Teive observar e inteirar-se sobre a produção de açúcar.

Pensamos que junto a Silves podem ter existido terrenos, próximos do

rio Arade, propícios para a plantação de cana-de-açúcar, de que pervivem os topónimos “Levada”, junto daquela cidade, ou “Vale de Engenho”, localizado no actual concelho de Lagoa, que se registam, ainda hoje, na Madeira, relacionados com aquela produção.

O engenho de açúcar edificado junto à alcaidaria do Castelo de Silves deve constituir uma primeira experiência daquela produção que, dado o seu valor económico, se pretendia sigilosa e controlada, tal como parece ter acontecido com as que mencionámos em Chipre.

### 2.3.1.2. Silves e o Infante D. Henrique

Silves era a mais importante cidade do Algarve, sede de bispado e por onde passava uma das vias de comunicação que ligava aquela região ao Reino de Portugal.

Os documentos que assinalam a presença de D. Henrique na cidade de Silves não são, efectivamente, muito numerosos. Segundo Alberto Iria o Infante poderia ter estado naquela cidade, em 1444, tendo em vista contar com a colaboração do Bispo do Algarve, ali residente, para equipar, à sua custa, caravela que participou, em 1446, na descoberta da costa ocidental africana (Iria, 1989, p. 34; 1996, pp. 10, 11). Silves foi até ao século XVI a capital do Algarve e, por isso, controlava territórios férteis, que dispunham de avultadas rendas, o que permitia que o bispo equipasse o navio mencionado, que partiu de Lagos.

Foi em carta assinada em Silves que o Infante, em 2 de Março de 1450, “fez a doação da capitania da Ilha Terceira, nos Açores, a Jácome de Brujes, natural do condado da Flandres, e a seus descendentes” (Iria, 1989, pp. 43, 44; Sousa, 1991, p. 41). Naquele mesmo ano, a 25 de Março, concluiu ali Gomes Eanes de Zurara a Crónica da Tomada de Ceuta escrevendo: “E foy acabada esta obra na çidade de Silves, que he no rregno do Algarue, a uijmte e çimquo dias de Março, quamdo amdaua a era .... de nosso Senhor Jesu Christo em mil quatroçentos e çimquoenta annos” (Pereira, 1915, p. 275). D. Henrique, assim como importantes vultos ligados à Expansão, permaneceram tanto na cidade como na alcaidaria, possivelmente durante grande parte do mês de Março de 1450.

O Infante teria de, pelo menos, passar pela cidade e, eventualmente, ali prenoitar quando se deslocava a Almadanim ou Estombar, onde realizou

despachos, ou quando viajava até Castro Marim, Tavira, Portel, para se encontrar com o irmão, o rei D. Duarte, ou a Évora, para estar com o sobrinho, o rei D. Afonso V (Iria, 1989, pp. 27, 46, 47, 74; Sousa, 1991, p. 41). Este soberano concedeu ao Infante D. Henrique, seu tio, em 15 de Fevereiro de 1457 a alcaidaria de Silves, com os direitos inerentes a vasto e rico território.

Em Silves estiveram distintas pessoas da Casa do Infante, considerando-se como seu natural Diogo de Silves, que, em 1427, descobriu os Açores (Iria, 1996, pp. 22-25).

### 2. 3. 2. Cerâmicas

O espólio cerâmico encontrado no espaço onde identificámos a alcaidaria, relacionado com os primeiros tempos da sua ocupação, não é, por ora, muito numeroso, sendo constituído, maioritariamente, por peças esmaltadas, uma vidrada e as restantes possuindo pastas e superfícies de cor vermelha ou laranja.

Possuímos fragmentos pertencentes a pratos e a taças, com as superfícies esmaltadas de cor branca e que, em alguns exemplares, mostram, em uma ou em ambas superfícies, pintura na cor azul, dourada ou associando estas duas colorações.

Dois fragmentos de pratos mencionados indicam, dada a inclinação das paredes, que assentariam em fundo com ônfalo. Aqueles são similares a outros encontrados, em particular, no Poço-Cisterna, entulhado no século XVI, onde recolhemos fragmento (SILV. I-146) que, embora com as superfícies vidradas, apresenta perfil semelhante ao exemplar recolhido no Castelo (Q1075/CIB-5) (Gomes e Gomes, 1996, pp. 156, 161). Daquele mesmo local provém, também, fragmento que mostra, na parede interior, decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituída por estreitas linhas concêntricas (SILV.I-44) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175).

As taças que oferecem ambas superfícies esmaltadas de cor branca, assentes em fundo com ônfalo ou em pé anelar, são muito numerosas no Poço-Cisterna, muito embora os exemplares com decoração pintada, na cor azul de cobalto, constituam percentagem reduzida, sendo similares à peça encontrada na alcaidaria (Q1256/CIB-1) (Gomes e Gomes, 1996, p. 175). Deste arqueossítio provém fragmento de taça com marca incisa na superfície exterior, aspecto que, também, registámos em algumas peças, taças e pratos, exumadas no interior do



monumento anteriormente mencionado (Gomes e Gomes, 1996, p. 62). Trata-se, de igual modo, de marcas de propriedade, que permitiam individualizar as peças, relacionando-se esse costume com aspectos de carácter sanitário, e que se manteve nos territórios ultramarinos, conforme documentam exemplares encontrados em Puerto Real no Haiti (Deagan, 1987, p. 56).

É possível que, conforme verificámos em relação às cerâmicas exumadas no Poço-Cisterna, os fragmentos de taça e de prato que oferecem decoração na cor azul de cobalto possam ter sido produzidos nas oficinas sevilhanas de Triana, considerada como sendo da segunda metade do século XV ou dos inícios do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, p. 174). Ali se detectaram formas e decorações singelas, que se registam em contextos arqueológicos sevilhanos, no Sul de Portugal ou em territórios ocupados por portugueses e espanhóis, durante os séculos XV e XVI (Deagan, 1987, pp. 107, 115; Redman, 1978, pp. 254-258; Somé Muñoz e Huerte Cambra, 1999, p. 161).

O fragmento de taça carenada, assente em fundo côncavo, que oferece ambas superfícies vidradas de cor castanha melada (Q1202/C1B-5), é similar a exemplar recolhido no sector nascente do Castelo de Silves que mostra, também, ônfalo, muito embora apresente duas pequenas asas, opostas, com perfuração vertical (Gomes, 2003, pp. 43, 44). Exemplares semelhantes foram exumados no Poço-Cisterna (Gomes e Gomes, 1996, p. 155).

Poderão ter sido produzidos, também, nas oficinas de Sevilha, as taças cujos fragmentos, contendo porção de fundo e carena acusada, oferecem parte de motivo fitomórfico pintado de cor azul, encontradas na alcaidaria (Q1202/C1b-2; Q1203/C1B-2).

Os dois fragmentos de taças hemisféricas, com decoração na cor azul de cobalto, correspondendo um deles a perfil completo, mas a que falta parte do centro do fundo (Q1129/C1B-3) e outro de que dispomos, apenas, do fundo (Q1201/CB-1), podem ter sido produzidos na mesma oficina, dadas as semelhanças, formais e decorativas. Tratam-se de cerâmicas importadas, das oficinas valencianas e, em particular, afins das produções de Paterna, conforme documenta exemplar recolhido nas escavações realizadas na rua de San Pedro, nas designadas Oficinas Menores, atribuído ao século XV. Todavia, o exemplar valenciano apresenta variante decorativa, constituída por semicírculos delimitando o motivo central, de igual modo losangular (Mesquita Garcia, 2002, p. 247). Variante decorativa desta mesma forma regista-se em exemplar existente no Museu de Cerâmica de Barcelona. Esta diferencia-se tanto das ocorrências de Silves, como da peça anteriormente referida, por oferecer, ao centro, motivo fitomórfico e em vez de quadriculado preenchendo uma das cartelas, mostrar palmetas (Sánchez-Pacheco, 1996, p. 48).

Poderia, ainda, integrar produção valenciana o fragmento de taça (Q1129/CIB-12), com carena acusada, contendo porção do bordo e decoração, na cor azul de cobalto e castanha violácea, constituída por motivos geométricos que intercalam com linhas horizontais e onduladas, conforme se observa em fragmentos de Paterna, atribuídos aos séculos XIV e XV (Porrás, 2009, pp. 43, 44).

Outro fragmento de taça hemisférica (Q1075/CIB-1), proveniente da alcaidaria, exibindo decoração de reflexo metálico, representando a árvore da vida, inserida em cartela, delimitada por motivo estelar, a azul, com seis grandes raios, encontra bons paralelos em exemplares existentes em Valência, no Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí. Este possui conjunto de fragmentos, atribuídos aos séculos XIV e XV, produzidos nas oficinas valencianas do designado grupo “Pula” que, tal como o exemplar de Silves, oferece seis raios pintados na cor azul, associados a decoração de reflexo metálico (Porrás, 2009, pp. 79-81). Alguns daqueles apresentam, também, ornamentação, de reflexo metálico, na superfície exterior, conforme acontece com o fragmento da alcaidaria (Porrás, 2009, p. 79).

Peça daquele mesmo museu, atribuída ao século XV, exhibe tanto os seis raios, como a árvore da vida, pintada de cor azul, muito embora aquela se registre, apenas, em três das cartelas disponíveis (Rose-Albrechet, 2002, p. 85). O Museu Hyacinthe Rigaud de Perpilhão guarda conjunto, atribuído às oficinas valencianas do século XIII, de taças hemisféricas, que oferecem seis raios pintados na cor azul, delimitando cartelas, onde árvores da vida intercalam com palmetas (Amigues, 2002, p. 62).

Trata-se de recipientes com gramática decorativa rica, que obtiveram grande divulgação, tanto na Península Ibérica como no Norte de África, alcançando, nomeadamente, a Kasbah de Tunis (Daoulatli, 1978, p. 347).

Os níveis muçulmanos, dos séculos X e XII-XIII, do Castelo de Silves entregaram alguns fragmentos de cerâmicas com as superfícies esmaltadas de cor branca e decoração de reflexo metálico ou de cor azul, técnicas decorativas cuja produção peninsular se deve àquela comunidade, tal como a iconografia que representa a árvore da vida ou a sua simbologia de carácter profilático (Gomes, 2003, pp. 165, 166, 442).

No foral manuelino de Silves faz-se referência aos “direitos d alfandega” que teriam que ser pagos tanto pela cerâmica de “mallega” como pelos “azullejos”, o que indica que a importação daquelas peças deveria ser frequente (Silva, M.S., 1993, pp. 190, 191).

As cerâmicas que mostram as pastas e as superfícies nas cores vermelha ou laranja correspondem a peças normalmente oriundas de produção local ou regional, que apresentam leque diversificado de variantes, não só formais como decorativas.

Os alguidares constituem forma recorrente em Silves, pelo menos desde os séculos VII-VIII (Gomes e Gomes, 2003, pp. 34, 44; Gomes, 2003, 479, 495). No entanto, o exemplar recolhido na alcaidaria oferece, na superfície exterior, decoração incisa constituída por linhas horizontais e onduladas. Esta decoração poderia tentar, de modo simplificado, imitar os alguidares produzidos em Sevilha, que oferecem as superfícies esmaltadas de cor branca e, na superfície interior, decoração de cor azul constituída por linhas horizontais e onduladas (Somé Muñoz e Huerte Cambra, 1999, pp. 167, 168).

Uma das frigideiras (Q1075/CIB-4), com carena alta, é semelhante a outra exumada em lixeira de casa do século XV de Silves (Gomes e Gomes, 1996, pp. 42, 49). A frigideira possuindo duas asas horizontais no início do corpo (Q1217/CIB-1) pode constituir variante formal de exemplar exumado no Poço-Cisterna (SILV.1-155). Esta mostra corpo de forma troncocónica, bordo introvertido e as duas asas encontram-se sobre ele (Gomes e Gomes, 1996, p. 153). A peça possuindo bordo bífido (Q1128/CIB-5) tem antecedentes remontando ao último nível de ocupação muçulmana do Castelo de Silves, registando-se também, naquela cidade, em contexto datado da segunda metade do século XIII (Gomes, 1988, pp. 277, 278; Gomes, 2006, p. 125). O exemplar recolhido na alcaidaria pode corresponder a evolução de forma preexistente.

### 3. Síntese

Silves foi, até ao início da modernidade, a capital do “Reino do Algarve”, sede de bispado e uma das mais importantes cidades da região. Por ela passaria via de comunicação que ligaria o seu território ao Baixo Alentejo e ao Reino de Portugal. Este facto foi, devidamente, assinalado por monumento, designado como Cruz de Portugal, mandado edificar pelo rei D. Manuel I e erguido junto ao caminho mencionado.

A alcaidaria medieval e moderna, de que agora damos a conhecer parte das suas instalações manteve-se bem conservada até, pelo menos, 1573, dado que, conforme referimos anteriormente, naquele ano ali terá pernoitado o rei D. Sebastião. Passados vinte e sete anos, em 1600, o Castelo estava abandonado e

não existe referência à alcaidaria, o que indica que aquela estivesse abandonada ou destruída. A parede tombada que pusemos à vista, durante a escavação arqueológica realizada, sugere derrube devido a cataclismo, quiçá o terramoto ocorrido, em 1587, e que muito abalou o Barlavento do Algarve, ou quiça, o grande terramoto de 1755.

O espólio recolhido inclui oito numismas cunhados nos reinados de D. Afonso III, D. Dinis, D. João I e D. Afonso V e, em particular, cerâmicas. Estas, oferecem exemplares importados das oficinas sevilhanas e valencianas, possuindo cronologias compreendidas entre os séculos XIV e XV, podendo alguns deles atingir o século XVI. Tratam-se de peças, com formas e técnicas decorativas que, na época, seriam o que de melhor se produzia na Europa devido, em parte, à utilização do reflexo metálico, indicando a presença de elite social. A cerâmica comum, com cronologia similar, pertence a exemplares usuais naquele período.

Não nos podemos esquecer que apenas uma parte da alcaidaria foi intervencionada e que, sobretudo junto ao pano de muralha, as obras efectuadas, nos anos quarenta, pela DGEMN, retiraram estratos contendo espólios que, conforme referimos, foi entulhar estruturas subterrâneas existentes no interior do Castelo.

Só o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos neste sector, poderá permitir uma melhor percepção não só da dimensão da alcaidaria como dos artefactos ali utilizados no quotidiano, pelos seus ocupantes, ao longo de apreciável diacronia (séculos XIV-XVI).

Apesar de conhecermos, apenas, uma carta que terá sido assinada pelo Infante D. Henrique em Silves e deste ter falecido decorridos três anos após ter sido nomeado alcaide-mor da cidade, pensamos que, pelas razões indicadas, se houve sítios onde efectivamente aquele permaneceu, um deles foi a sua alcaidaria. Naquela local terá promovido os primeiros “ensaios” referentes à produção de açúcar, que controlaria e cuja produção promoveu, inicialmente no Algarve e depois na ilha da Madeira.

A alcaidaria do Castelo de Silves, dada a sua excepcional importância histórica, deve, por isso, ser posta à vista, recuperada e, devidamente, integrada no projecto de musealização implementado para aquele local.

## Bibliografia

Arié, R., 1987, España Musulmana (Siglos VIII-XV), *Historia de España*, nº III, Ed. Labor, 558 pp., Madrid.

Aguirre de Cárcer, L.F. 1995, *Ibn Wāfīd (m. 460/1067) Kitāb Al-Adwiya Al-Mufrada (Libro de los Medicamentos Simples)*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 496 pp., Madrid.

Amigues, F., 2002, Las importaciones de cerámicas doradas valencianas de los talleres de Paterna en el Languedoc-Rosellón, *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*, Museo de Bellas Artes de Valencia, Valencia, pp. 58-82.

Clément-Mullet, J.J., 2000, *Ibn Al-'Awwām, Le Livre de l'Agriculture Kitāb Al-Filāha*, Thesaurus, 1027 pp., Arles.

Daoulatli, A., 1978, Céramiques andalouses à reflets métalliques découvertes à la Kasbah de Tunis, *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, C.N.R.S., Valbonne, pp. 343-357.

Deagan, K., 1987, *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*, Smithsonian Institution Press, 222 pp., London.

García Porras, A., 2009, *La Cerámica en Azul y Dorado Valenciana del Siglo XIV e Inicios del XV*, Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí, 196 pp., Valencia.

Gigandet, S. 1996, *Ibn Halsān Le Livre des Aliments (Kitāb Al-Agdiya) Santé et Diététique chez les Arabes au XIIIe Siècle*, Institut Français de Damas, 139 pp., Damas.



Gomes, M.V., 2009, Cerâmicas e outros artefactos medievais, do Castelo de Loulé, *Al-Ulyã*, nº 13, pp. 53-80.

Gomes, M.V., Gomes, R.V. e Cardoso, J.L., 1996, Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV, *Xelb*, nº 3, pp. 33-78.

Gomes, M.V. e Gomes, R.V., 1996, Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI, do Poço-Cisterna de Silves, *Xelb*, vol. 3, pp. 143-205.

Gomes, M.V. e Gomes, R.V., 2003, Cerâmicas Alto-Medievais de Silves, *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, pp. 23-47, Câmara Municipal de Tondela, Tondela.

Gomes, R.V., 1988, Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, *Xelb*, nº 1, 294 pp.

Gomes, R.V., 2003, *Silves, (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus- A Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia, nº 35, I.P.A., 525 pp., Lisboa.

Gomes, R.V., 2006, *Silves, (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus- O Núcleo Urbano*, Trabalhos de Arqueologia, nº 44, I.P.A., 224 pp., Lisboa.

Guerreiro, M.V., e Magalhães, J. R., 1983, *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Col. Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3, Sá da Costa Editora, 182 pp., Lisboa.

Iria, A., 1989, *Itinerário do Infante D. Henrique no Algarve*, Casa do Algarve, 84 pp., Lisboa.

Iria, A., 1990, *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do Século XV (Subsídios para a sua História)*, vol. I – 1404 – 1449, Academia Portuguesa da História, 273 pp., Lisboa.

Iria, A., 1996, Silves e os Descobrimentos na Época do Infante D. Henrique o Navegador, *Xelb*, nº 3, pp. 9-31.

Malpica Cuello, A., 1995, Medio físico y territorio: el ejemplo de la caña de azúcar a finales de la Edad Media, *Paisajes del Azúcar*, Diputación Provincial de Granada, Granada, pp. 11-40.

Malpica Cuello, A., 2008, La caña de azúcar y la producción azucarera desde el mundo mediterráneo a las islas atlánticas. Una interpretación de «modelos» Azúcar. *Los Ingenios en la Colonización Canaria (1487-1525)*, Museo de Historia y Antropología de Tenerife, Tenerife. pp. 27-40.

Martins, I.M.P., 1984, *O Castelo de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé.

Martins, I.M.P., 1986, A Conquista de Silves em 1189, 4º Congresso do Algarve, Ed. Raca Club, pp. 117-122, Silves.

Mesquita García, M., 2002, Las alfarerías de Paterna en la Edad Media y Renacimiento, *La Cerámica de Paterna Reflejos del Mediterráneo*, Museo de Bellas Artes de Valencia, Valencia, pp. 16-34.

Parreira, H.G. de A., 1952, História do Açúcar em Portugal, *Anais, Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa*, vol. VII, t. I, 321 pp., Lisboa.

Pereira, F. M. E., 1915, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I, composta por Gomes Eannes de Zurara*, Academia das Ciências de Lisboa, 341 pp., Lisboa.

Redman, C. L., 1978, Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir, *La Céramique Medieval en Méditerranée Occidentale*, C.N.R.S., Valbonne, pp. 251 - 263.

Rose-Albrechet, J., 2002, Les productions de l'Occident, la diffusion des innovations techniques, *Le Calife, Le Prince et le Potier*, Musée des Beaux-Arts, pp. 66-115, Lyon.

Rosenberger, R., 1998, A cozinha árabe e o seu contributo para a cozinha europeia, *História da Alimentação. I – Dos Primórdios à Idade Média*, Ed.Terramar, pp. 305-323, Lisboa.

Sánchez-Pacheco, T. 1996, *Cerâmica Espanhola, dos Árabes a Miró*, Museu Nacional do Azulejo, 143 pp., Lisboa.

Silva, J.C.V. da, 1995, *Paços Medievais Portugueses*, I.P.P.A.R., 369 pp., Lisboa.

Silva, M.S., 1993, *Forais de Silves*, Câmara Municipal de Silves, 270 pp., Silves.

Some Muñoz, P. e Huerte Cambra, R., 1999, La cerámica moderna en el Convento del Carmen (Sevilla), *Arqueología Medieval*, 6, pp. 160-171.

Sousa, J.S. de, 1991, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Livros Horizonte, 559 pp., Lisboa.

Wartburg, M-L., von, 1995, Desing and technology of the medieval refineries of sugar cane in Cyprus. A case of estudy in industrial archaeology, *Paisajes del Azucar*, Diputación Provincial de Granada, Granada, pp. 81-116.